

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 494.056 - PR (2019/0046495-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
AGRAVANTE : NEUZA CANDIDA DA CRUZ GUSSO (PRESO)
ADVOGADO : RODRIGO DE OLIVEIRA VIEIRA - RS0039456
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DA DEFESA DE NULIDADE NO JULGAMENTO DO JÚRI, ANTE A JUNTADA EXTEMPORÂNEA DE LAUDO, E DE QUE NÃO PÔDE APRESENTAR CONTRAPROVA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. ACESSO E CARGA DOS AUTOS, POR DIVERSAS VEZES, APÓS A JUNTADA DO DOCUMENTO. DOSIMETRIA. ELEVAÇÃO PROPORCIONAL E JUSTIFICADA DE ACORDO COM OS FATOS NARRADOS. INTENSO DOLO.

1. No processo penal, deve ser comprovado e demonstrado o efetivo prejuízo ao paciente, o que não ocorreu na hipótese, por ter a defesa tido a carga dos autos, por diversas vezes, após a juntada do laudo.
2. Para o delito de homicídio qualificado, o julgador deve partir do piso mínimo de 12 anos. No caso, não houve excesso na pena-base fixada em 15 anos de reclusão, por ter a sentença se mostrado devidamente motivada,
3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 04 de junho de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator